



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Lurdes José Cossa

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA FRELIMO NO RESGATE DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER E LANDÉ

FRELIMO'S POLITICAL-PARTY STRATEGIES IN RESCUING TRADITIONAL AUTHORITIES: CONTRIBUTIONS FROM BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER AND LANDÉ

RESUMO: O artigo tem como foco as estratégias político-Partidárias da FRELIMO no resgate das autoridades tradicionais. Estas lideranças tradicionais desempenham um papel importante em Moçambique. Em 1994, o governo da FRELIMO buscou se aproximar das autoridades tradicionais, oferecendo-lhes roupas (símbolos e patentes indicativas de poder), bicicletas, motorizadas, casas, etc, como forma de obter dividendos e assim angariar votos, uma vez que estava em curso o multipartidarismo. Para a materialização do estudo servimo-nos da abordagem qualitativa, bem como da história oral, como aporte metodológico, e das trajetórias de vida como forma de compreender algumas das memórias em questão. Além disso, também foi feito uso de documentos alusivos ao contexto, depositados nos arquivos indicados ao longo do artigo, e de revisão bibliográfica específica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias; FRELIMO; Resgate; Autoridades Tradicionais

ABSTRACT: The article focuses on FRELIMO's party-political strategies for rescuing traditional authorities. These traditional leaders play an important role in Mozambique. In 1994, the FRELIMO government tried to get closer to the traditional authorities by offering them clothes (symbols and ranks indicative of power), bicycles, motorbikes, houses, etc., as a way of obtaining dividends and thus garnering votes, since multipartyism was underway. To materialise the study, we used a qualitative approach, as well as oral history as a methodological contribution, and life trajectories as a way of understanding some of the memories in question. We also made use of documents relating to the context, deposited in the archives indicated throughout the article, and a specific literature review on the subject.

KEY WORDS: Strategies; FRELIMO; Rescue; Traditional Authorities.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA FRELIMO NO RESGATE DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER E LANDÉ

LURDES JOSÉ COSSA ¹

INTRODUÇÃO

O poder tradicional no Continente africano, e em especial Moçambique, foi por muito tempo “dominante” sobretudo, durante a fase de ocupação colonial e pós-colonial, ora negligenciado, em primeira instância pelo regime colonizador, posteriormente pelo governo através do partido no poder, a FRELIMO, que foi instituído após independência em 1975 (LOURENÇO, 2007, p. 197). Este poder tradicional resistiu à força, preservando as crenças, hábitos e costumes das comunidades que se propunha representar. No contexto da dominação colonial, o reconhecimento do papel da autoridade tradicional fazia face aos interesses dos colonizadores. ² Após a independência, há registros de que a autoridade tradicional tenha sido voltada ao esquecimento³, na construção do Estado moderno na primeira instância, alegando-se que estes tenham colaborado negativamente com os colonialistas portugueses nas diversas províncias que constituem Moçambique.

É importante salientar que o país permaneceu por longos anos no regime monopartidário até princípios dos anos 1990. Por motivos diversos⁴, que opunha alguns indivíduos que faziam parte do partido no poder (FRELIMO), foi fundado um movimento que se designou RENAMO, na antiga Rodésia do Sul, e que teve atuação através do movimento de guerrilha frente à FRELIMO, originando uma guerra civil que durou cerca de dezasseis anos (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p. 28). Por meio de apelos vindos de outros Estados, além de vários atores sociais no país, como igrejas, empresários, organizações não-governamentais (ONGs), diplomatas, dentre outros, o governo de Moçambique, representado pelo seu partido

¹ Socióloga e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGH (UFRGS). Brasil. Email: lurdesscossa2005@yahoo.com.br

² O sistema político-administrativo português buscou o apoio dos líderes tradicionais para mobilizar o trabalho forçado e o pagamento de impostos entre a população. Importante ressaltar, que aqueles líderes locais que não aderiram aos interesses coloniais foram destituídos e substituídos por outros, sem nenhum respeito aos costumes vigentes naquelas comunidades locais (DAUCE, 2013, p. 42; LOURENÇO, 2007, p. 196).

³ Qual foi a razão do esquecimento? Será que o poder tradicional ficou sem função desde 1975-1992? Segundo a doutrina ideológica da FRELIMO, os chefes tradicionais foram colaboradores disfarçados do colonialismo e desacreditados aos olhos da população rural. A autoridade tradicional nunca deixou de exercer a sua função perante as comunidades, embora não reconhecida oficialmente nesse intervalo. Há rumores, segundo pesquisa de Lourenço (2009, p. 197), de que a autoridade tradicional foi aliada à RENAMO durante a guerra com a FRELIMO até o cessar-fogo.

⁴ Os fatores internos da guerra civil foram o Comunismo e o mono partidarismo implantados em Moçambique entre os anos de 1975 a 1992. Os fatores externos foram o apoio da FRELIMO às forças armadas na Rodésia do Sul, atual Zimbábwe, que lutavam pela independência, durante o regime de Ian Smith, e a aplicação das sanções contra a

(FRELIMO), e a oposição (RENAMO), assinaram o cessar-fogo em 1992, que culminou com a assinatura dos acordos gerais de paz.⁵

A FRELIMO, momentos antes desse ato solene que aconteceu em Roma, deu certo reconhecimento à autoridade tradicional, para governar localmente as comunidades (LOURENÇO, 2007), pois que, era vista como alavanca no jogo político, da disputa posterior entre a FRELIMO e a RENAMO e outros partidos na abertura do multipartidarismo. Desta maneira, a FRELIMO se aproximou dos líderes tradicionais para buscar apoio político na disputa eleitoral contra o seu principal adversário, a RENAMO, que detinha apoio político majoritário na província de Sofala, habitada em grande parte por homens e mulheres pertencentes aos povos Ndaue Sena. Importante ressaltar que o presidente da RENAMO, Afonso Macacho Maceta Ndhakama, fazia parte dessa comunidade como nativo, por isso conseguiu mobilizar aliados à sua causa política.

A partir da análise do contexto eleitoral, disputado pelo partido da situação, FRELIMO, e a oposição - RENAMO, tive como objetivo investigar as estratégias colocadas em ação pelo regime (FRELIMO) para manter-se no poder. Problematizarei a aproximação deste partido com os líderes tradicionais, ao defender seu resgate na política local, assim como apontarei os recursos simbólicos mobilizados para conquistar a adesão e a simpatia do povo moçambicano. Neste sentido, o presente artigo se apoiará nos aportes teóricos de Pierre Bourdieu e Carl Landé com o intuito de analisar quais os recursos simbólicos mobilizados pelo partido dominante na disputa eleitoral e como se constituiu a aliança política entre a FRELIMO e a autoridade tradicional. Para isso, buscarei em alguns conceitos de Bourdieu, Weber, Champagne e Landé a explicação das relações estabelecidas entre a FRELIMO e os líderes tradicionais na política de Moçambique, na perspectiva de compreender a disputa e as alianças estabelecidas entre as referidas autoridades.

Metodologia⁶

A secção aborda sobre os procedimentos metodológicos que a pesquisadora procedeu para a materialização do estudo. Entretanto, a pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa e na metodologia da história oral, apoiando-se em Sônia Maria de Freitas (2006) nas entrevistas com

Rodésia, decretadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Moçambique fechou o corredor da Beira, enquanto este país dependia fortemente das importações através deste canal de escoamento.

⁵ Assinado pelo antigo chefe do Estado, Joaquim Alberto Chissano, e por representantes dos mediadores, a Comunidade de Santo Egídio, da Itália.

⁶ Essa secção contém dados da tese de doutorado. E, foi possível também recuperar os arquivos de dados importantes para sustentarmos o conceito de autoridade tradicional, a partir dos distritos de Chibuto e Mandlakazi no Sul de Moçambique.

alguns grupos de pessoas que representavam até então o papel de autoridades tradicionais. As sessões de entrevistas foram realizadas na província de Gaza, em Julho de 2017, nos distritos de Chibuto e Mandlakazi, que ajudaram a definir o conceito de Autoridade tradicional em Moçambique, principalmente no Sul do país.

Amostra

De acordo com a opção metodológica e os objetivos do estudo, a amostra do nosso grupo-alvo foi em grupo focal e de forma individual. A amostra envolveu cerca de 11 pessoas, distribuídas da seguinte maneira: a)1 Representante da autoridade comunitária de todo o distrito de Mandlakazi; b) 2 Chefes de terras em Mandlakazi (autoridade comunitária); c)1 Responsável da autoridade comunitária de Mandlakazi; d)1 Esposa da autoridade comunitária principal do distrito de Mandlakazi; e)2 Conselheiros da autoridade comunitária do distrito de Mandlakazi; f)1 Rainha do distrito de Chibuto; g)1 Chefe da localidade em Chibuto; h)1 Madoda ou Conselheiro do distrito de Chibuto; i)1 Responsável da autoridade comunitária de Chibuto.

A seleção da amostra deu-se mediante dois pressupostos fundamentais: a sua posição na organização/comunidade e o seu envolvimento nos conselhos comunitários. Esses grupos de tradição oral falaram sobre seus conhecimentos acerca do poder da autoridade tradicional, antes e pós-independência moçambicana. Seguimos o que nos diz Freitas (2006), para quem a história oral:

Possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas. Utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais. História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. Definida por Allan Nevis como “moderna história oral” devido ao uso de recursos eletrônicos, a história oral é técnica e fonte, por meio das quais se produz conhecimento (FREITAS, 2006, p. 6).

Técnicas e Instrumentos de dados

Segundo Freitas (2006), a história oral é um instrumento de pesquisa e fonte documental. Esse processo ajudou-me a compreender um debate vivenciado, e possibilitou a análise de conteúdo muito significativo no avanço conceitual. Optamos pela técnica de observação de ouvir e olhar a câmara, e priorizamos também o bloco de notas. A pesquisa adotou também fez uso de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista. E usamos o guia de entrevista como instrumento

de recolha de dados. Uma das técnicas usadas para as entrevistas também foi o recurso do vídeo, e os arquivos digitais.

Pesquisa bibliográfica

No que se refere a pesquisa bibliográfica, usamos em primeira instância os materiais disponibilizados no módulo da História social da Política e História do Tempo Presente: Teorias e Práticas de Pesquisa – Estudo Monográfico II - ministrada pelo Professor Dr. Luiz Alberto Grijó, no primeiro ano da minha formação de doutorado no Brasil. Assim sendo, foi possível elaborar este artigo com base em autores básicos, tais como: Bourdieu, Champagne, Landé, Weber, dentre outros. Não só, a pesquisa baseou-se em literaturas diversas (obras, textos, pesquisas elaboradas, jornais, revistas). Essa técnica nos permitiu, em termos de conhecimento teórico, apropriarmos sobre a matéria ligada às autoridades tradicionais em Moçambique. E, por último, dirigimo-nos à biblioteca Brazão Mazula, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) onde obtivemos referências importantes sobre a nossa temática.

Pesquisa documental

A pesquisa documental foi feita no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), e direcionamos a análise de documentações diversas relativas às fontes primárias e secundárias, tais como: (relatórios, estatísticas e legislação). No terreno, obtivemos a maior parte do material desejado sobre o poder (régulos⁷ e chefes de terras) e o poder popular ora instituído (secretários de bairros). Continuamente, pesquisamos em revistas escritas pelos portugueses durante a ocupação e vigência do colonialismo, no século XIX e XX. Fizemos uso, principalmente, da publicação periódica “Moçambique: documentário trimestral” (1935-1961), os *Cadernos coloniais* (1939) e o *Boletim Geral da Agência Geral das Colônias* (1925-1969), todas disponibilizadas no portal *Memórias de África e do Oriente*.⁸ Estas foram cruciais, e possuem informações complementares e relevantes ao nosso objeto de estudo. Fomos também ao Arquivo de Patrimônio Cultural (ARPAC). Foi possível identificar e entender como que a governação alterou os modos e formas do poder tradicional, principalmente no Sul do país.

⁷ Designação usada pelos colonialistas, referindo-se aos líderes tradicionais, também conhecidos como Hosi na língua changana. Representante máximo da autoridade tradicional, designada cabeça territorial, isto é; chefe do grupo parentesco, e seu papel como representante de uma linhagem de antepassados mortos num determinado distrito (PRITCHARD; FORTES, 1940, p.198), que constitui o modelo de reprodução social, equivalente a um rei.

⁸Disponível em: <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Entrevistas

As entrevistas foram de questões abertas tanto para o distrito de Mandlakazi, quanto para Chibuto. E, antes do início da entrevista era importante, por parte da pesquisadora, apresentar-se fazendo uma breve explicação acerca do objetivo da pesquisa, e que deviam sentir-se à vontade para narrar suas histórias vividas antes e depois da independência, no campo político e social. Apesar desse discurso narrativo da pesquisadora, algumas perguntas foram feitas de forma frequente acerca dos relatos do passado destes líderes comunitários (ex-régulos), tendo em conta que as suas narrativas eram bastante importantes para nós. Lutz Niethammer (1985, apud ALBERTI, 2007, p. 24) refere que reconstituir o passado não tem sido fácil, porque as pessoas lembram-se mais das ações não muito evidentes, que por isso mesmo ficam na lembrança. Como fonte de memória registrávamos diariamente tudo que era observado durante o roteiro das entrevistas.

Das entrevistas que decorreram na sede do distrito de Mandlakazi, quase todos os líderes comunitários encontravam-se reunidos, e foram convocados pelos responsáveis, como tem sido habitual. Assim sendo, a pesquisa de campo iniciou em Mandlakazi, no grupo focal, e nos dias posteriores seguimos para o distrito de Chibuto. Foi viável para a pesquisadora entrevistá-las em simultâneo, na sede do distrito de Mandlakazi, e em forma de grupo. Em Chibuto, a pesquisa de campo iniciou com as entrevistas diárias compostas por três indivíduos na sede do distrito. Encontramos neste grupo focal, numa das sessões de reuniões rotineiras na sede do distrito, e foi fácil localizá-los, por algumas vezes, sob mediação do chefe da localidade de Chibuto, e pelos responsáveis que regem pelas autoridades tradicionais. Essas entrevistas foram organizadas e legendadas, pois as conversações foram gravadas em língua changana⁹, posteriormente traduzidas.

CONCEITO DE AUTORIDADE TRADICIONAL E SUAS ALTERAÇÕES HISTÓRICAS

Período colonial

As alterações históricas que sucederam, no conceito de autoridade tradicional, aconteceram dentro de um processo paradoxal, feito de oposições ou colaborações conjuntas, por intermédio da força de trabalho e de tributos, com o colonialismo português, após as campanhas

⁹ Língua falada no Sul de Moçambique

de pacificação.¹⁰ Segundo Graça (2005), a maioria da população moçambicana não tinha experiência do ambiente de conflitos vividos nessas regiões, e encontrava-se assim conformada com a existência da autoridade colonial, no sentido de ter adaptado por consentimento às normas formais e informais estabelecidas (GRAÇA, 2005, p. 156). Não concordamos com esta questão, apresentada por Graça, pois as comunidades foram induzidas a aceitar. Algumas colaboraram com o regime, outras não aderiram à política de assalto do governo colonial português.

O primeiro rei derrotado na entrada dos portugueses em Moçambique, em 1895, foi Ngungunhana, segundo Thomaz (2008), e isso ocorreu após a invasão de tropas portuguesas e das batalhas em Marracuene, Coolela e Mandlakazi (COVANE, 2001; THOMAZ, 2008). Nesse âmbito, foi com a vitória e firmeza dos portugueses que prontamente instalaram sua administração no Sul do país, num comando militar. Nessa perspectiva, os portugueses destruíram o reino de Gaza, dando início ao processo de colonização, instalando o primeiro governo colonial sob a administração de Mouzinho de Albuquerque, em 1895. Portanto, é na década de 1890 que inicia o processo de colonização em Moçambique (THOMAZ, 2008, p. 37).

Em 1897 foram vencidos os principais focos de resistência por parte das autoridades tradicionais, e foram totalmente desmantelados em Moçambique (LIESEGGANG, 1996). No fim do século XIX, a autoridade tradicional esteve no centro das atenções do governo colonial português, do início da exploração da colônia moçambicana até aos finais de 1974, momento de governo de transição no país. Bourdieu (1989), em *O poder simbólico*, define a classe dominante como:

O lugar de uma luta pela hegemonia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por intermédio dos ideológicos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação, a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas segundo a época tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Nesse âmbito, vários autores, como Mahmood Mamdani (1998) e David Hedges (1999), são unânimes em referir que constituiu um dos principais objetivos do colonialismo português, e

¹⁰ Campanhas de Conquista e Pacificação foi a designação dada a um conjunto vasto de operações militares, de envergadura muito desigual, conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX pelas forças armadas portuguesas nas colônias africanas de Portugal e em Timor. A maioria destas campanhas concentrou-se no período que medeia entre a Conferência de Berlim (1884) e o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), correspondendo ao esforço de ocupação efetiva do interior dos territórios onde Portugal mantinha uma presença histórica na zona costeira e nos principais eixos comerciais. Nessas campanhas houve combates em Chaimite, em Moçambique, onde Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque capturou o rei vátua Gungunhana Nqumayo (Ver LIESEGGANG, 1996).

início do governo colonial, o triplo domínio (político, social e econômico), que contribuíram na colônia para um único processo abrangente de formação estatal, desenvolvimento de mercados e mudanças em propagação em gênero e relações geracionais. Nas suas incursões, ao penetrar no interior de Moçambique, e em contato primário com as comunidades desconhecidas, o colonialismo decidiu usar os chefes locais que exerciam o poder tradicional, conforme seus pressupostos fundamentais de legitimidade. Na verdade, paralelamente a essas situações, tendo encontrado um poder local ora instalado, a administração colonial firmou contratos com os líderes tradicionais, de forma a penetrar livremente dentro das comunidades, com intuito de surtir efeitos positivos dos seus planos de governação e sem represálias. Essas manifestações promovidas pela colaboração conjunta, permitiria a vitória e ambas as partes do poder.

Portanto, um chefe ou um rei seria certamente uma ligação importantíssima entre a comunidade em questão e às autoridades coloniais. Na verdade, ele compreendia a língua, a cultura de seu povo e podia se contar com ele para transmitir ordens e diretrizes (KHAPOYA, 2015, p. 167). Dizia-se que o chefe tradicional podia proteger melhor os interesses do seu próprio povo, cooperando nesta relação de poder. Esse fato, na verdade, mostra que o colonialismo português usou esse argumento falso para atingir seus objetivos, em detrimento dos chefes tradicionais. A alteração da força expressiva que se tem sobre determinada coisa produziu um novo consenso. Os líderes divulgaram a presença colonial oralmente pelo poder de sua palavra às comunidades locais.

O colonialismo português tomou de assalto o poder tradicional, ignorando as competências dos chefes tradicionais e de toda a máquina governativa. A esses episódios, Aníbal Guijano denominou “colonidade do poder” (GUIJANO et al, 2009, p. 105). Em vez de uma noção consensual de costume, o tempo colonial realmente começou em meio às reivindicações conflituantes e até mesmo contrárias ao habitual. Henrik Fexeus (2016) explica que todos os jogos de poder têm atalhos ocultos, conectados à psicologia humana para vencer (FEXEUS, 2016, p. 17). Na verdade, o colonialismo português na tendência de ganhar o jogo, com esforços mínimos e com a vantagem de obter resultados máximos em benefício próprio, fez suas manipulações. A interferência do poder colonial no seio do poder honrado, e de dignidade ancestral, a crença e respeito das comunidades junto aos seus líderes tradicionais, deixa de existir.

Logo, a definição dada por Max Weber começa a alterar se por interferências do poder colonial. Nesse tipo, em que Weber afirma que o senhor (autoridade) ordena e quem obedece são os súditos, e as regras são determinadas pela tradição, a boa vontade do líder vai se modificando

no que diz respeito à justiça, deixando de prevalecer os princípios de equidade.¹¹ A partir desse momento, a autoridade tradicional sofre influência da autoridade colonial portuguesa, destacando-se mudanças dentro do sistema na base de legitimação e de escolha de quem a exerce. As tradições e costumes da sociedade moçambicana, e a personificação das instituições enraizadas no seio dessa sociedade na figura do líder, para além de se modificar, confundem-se. Uma primeira alteração que se observa no tipo de poder local em Moçambique é o aparecimento do título de régulo, aplicado a alguns governantes de unidades políticas, sem tomar em conta a sua legitimidade tradicional, dando a estes tarefas específicas.

Dessa forma, o colonialismo português acionou alguns mecanismos simbólicos, o capital humano e o político, para angariar confiabilidade e autoridade, como também utilizaram-se da interação com as comunidades para demonstrarem que pensavam como eles. Outrossim, os líderes tradicionais com base de seus mecanismos, deixaram de ser consideráveis na forma de se manter e reproduzir-se material e espiritualmente, já que o poder por hereditariedade ficou interferido, que de certa forma foi diminuindo. E julgamos haver um rompimento na continuidade de reprodução desses elementos. Eles deixaram de se beneficiar de uma série de privilégios sociais, políticos e simbólicos, incluindo a função de guardiões da tradição, ou da cultura, porque se tornou fragilizada, em virtude da institucionalização do sistema moderno colonial.

Nisso, paulatinamente, pode-se deduzir que o colonialismo português tinha consciência que era possível a coabitação de poderes distintos e paralelos (o colonialismo português e o poder tradicional). Isto, de acordo com Guijarro (2009), caracteriza um tipo de poder anfíbio.¹² Dessa feita, o chefe tradicional se encontrava desempenhando dois papéis distintos de dupla legitimidade. Nessa perspectiva, gozava de prestígio e legitimidade tradicional em primeira instância, e por outra a legitimidade colonial.

Período Pós independência

Líderes Tradicionais/Autoridades locais/Autoridades Comunitárias

A multiplicidade dos termos empregados para designar os detentores dos poderes tradicionais tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, com bastante significância. Nos dias atuais, designações como “autoridade tradicional”, “líderes tradicionais”, “autoridades locais” ou

¹¹ WEBER, Max. “Os três tipos puros de dominação legítima”. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/max-weber-e-os-tres-tipos-puros-de-dominacao-legitima/43721/>>. Acesso em: 19 Maio 2017.

¹² O adjetivo anfíbio significa poder viver em dois meios distintos. Dois mundos, portanto. Duas matrizes de significado, duas fontes emanadoras de sentido e de linguagem (GUIJARRO, 2009, p. 127).

“comunitárias” na verdade têm tido a mesma significação. Foram e têm sido usadas para legitimar o poder dos governos centrais moderno colonial e pós colonial em Moçambique. Nos princípios dos anos 1990, as autoridades tradicionais designadas de régulos, os secretários de bairros instituídos após a independência nacional em 1975, bem como outros líderes que tenham a legitimação das comunidades locais, passaram a ser designados de autoridades Comunitárias ou locais.

As autoridades tradicionais¹³ são de fato negligenciadas e tratadas como líderes comunitários, espécie de guia a todas as cerimônias, evocando espíritos e antepassados mortos. Não só, qualquer atividade de desenvolvimento local, as autoridades tradicionais e secretários dos bairros funcionam como o elo de ligação na difusão das tarefas de governo, às comunidades e vice-versa. Aí, compreende-se que estes líderes são específicos porque evocam espíritos, fazem a cerimônia kupalha (ritual), e seguem a sua ancestralidade, diferentemente dos outros líderes comunitários.¹⁴

Entretanto, o que se tem percebido no mundo moderno é que esses conceitos em relação à ética e moral, são valores que foram se perdendo, levando as pessoas a agirem da forma que lhes beneficie, não importando os prejuízos que poderão causar no outro ou a si mesmo. Os eventos que se sucederam à independência de Moçambique, entre 1975-1978, foram um “período quente”, quando foram iniciadas mudanças significativas no que concerne à governação, de acordo com as vigências de um país revolucionário, livre da colonização portuguesa. Neste período, conduzido pelo Governo da FRELIMO, se deu o início da construção do Estado-Nação e do imaginário da unidade nacional que definiu as regras de jogo, e nele as autoridades gentílicas¹⁵ foram afastadas do poder.

O governo, especificamente, instituiu as representações dos chamados secretários de bairros, chefes das localidades, administradores, atores que funcionam como o elo de ligação com as comunidades, inseparáveis do sistema de ação. Foram momentos que provocaram uma transformação nos discursos de legitimação do poder da FRELIMO. Com a independência houve muitas mudanças no imaginário político-social moçambicano. A FRELIMO nega o passado étnico do país, repelindo as autoridades tradicionais, totalmente contraditório e ambíguo. Para tanto, o Estado moderno criou mudanças de poderes, onde todos os líderes tradicionais foram mandados para implementar um modelo de socialização rural que incorporava a coletivização dos meios de produção e o agrupamento do povo em aldeias comunais.¹⁶

¹³ Estas autoridades tradicionais são os que evocam espíritos, fazem rituais, falam com seus antepassados através da cerimônia designada de kupalha no Sul do país. Ascendem ao poder por hereditariedade. Contrariamente aos outros, tais como secretários de bairros, não têm legitimidade para tal, são nomeados pelo governo.

¹⁴ Explicado anteriormente.

¹⁵ Nomenclatura usada pelo colonialismo português para designar os chefes tradicionais.

¹⁶ Sobre as aldeias comunais desenvolvido mais adiante.

O objetivo da FRELIMO era destruir todo tecido de poder, ou seja a ligação com o passado devia ser eliminada, criando uma ruptura com o herdado do colonialismo português. Isso resultou em consequências conflituosas do governo e da cultura tradicional moçambicana, tendo em conta que essas lideranças possuíam lugares próprios e sagrados de sua ancestralidade. Entretanto, na entrada do multipartidarismo, e apesar do Estado moderno ter criado essas mudanças de negação, mudou o discurso, legitimando honra e importância aos líderes tradicionais como novo jogo político.

Um estudo dos pressupostos teóricos de Bourdieu, Weber, Champagne e Landé: a análise do caso moçambicano

Segundo Bourdieu (1989, p. 188), “o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito daquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança”. É por meio deste recurso que os atores políticos buscam mobilizar um maior número de pessoas, ao demonstrar o quão compatível são seus interesses com os da maioria, ao se intitularem legítimos representantes do povo e, portanto, dignos de confiança e apoio. Esta estratégia consiste na exaltação da imagem de si, da prova do seu caráter e honestidade, do quanto se é competente para governar e administrar o Estado. Desta forma, os políticos representam o grupo que oferece seu apoio, ao defender seus interesses, e ao propagar uma imagem não só sua, mas principalmente do próprio grupo, ao incorporá-lo em seu discurso, ao se fazer a própria imagem do grupo. A preocupação da propagação em novos espaços constitui um dos pressupostos fundamentais do jogo político entre diferentes agentes. O poder político, na sua esfera representativa, recruta todos os meios necessários, e de forma continuada, com a finalidade de ocupar lugares de destaque.

Referindo-se a este aspecto - a credibilidade e confiança, Max Weber (1982) concentrou-se no estudo do domínio carismático e do domínio da legalidade (competência), ao analisar a ação do político para conquistar o poder. O autor apontou que o carisma constitui o ponto mais alto da vocação política de poder e o ponto central no cruzamento da disputa político-partidária, que se reveste de meios auxiliares que o acompanham para sua virtude. Segundo Weber (1982, p.100), os poderes dominantes, para se manter no poder por longos anos, se organizam no sentido de ter um quadro administrativo político à altura de lhes servir, fazendo com que os portadores do poder legítimo se façam respeitados, de modo que possam se beneficiar do controle do quadro de pessoal executivo e dos implementos materiais da administração.

De tal modo, as lideranças carismáticas, no âmbito do jogo político, recrutam representantes cujos mecanismos de obediência resultam na recompensa material e honorária,

para com aqueles que cumprem com o mandato exigido. Isto pode se exemplificar quando o “melhor funcionário” é honrado e presenteado publicamente no Aparelho de Estado de Moçambique.¹⁷ Na forma de resgate das autoridades tradicionais, para melhor serem reconhecidas, a FRELIMO ofereceu salários do Estado, bicicletas como meio de transporte adequado para seus deslocamentos, uniformes, bandeiras hasteadas nas casas dos régulos, uma autoridade clara para disciplinar os criminosos, delinquentes, aqueles que fugiam aos impostos e os que não produziam (LOURENÇO, 2009). As autoridades tradicionais tomavam a posse e juravam, verdadeiramente como funcionários e comprometidos com o partido.

Paralelamente às estratégias de recrutamento de pessoal ao partido, a FRELIMO tinha a tendência de criar perante o público uma boa imagem de si, de modo a convencê-lo que o Estado e seu partido estavam no caminho certo como entes maduros, e que respondiam aos anseios do povo, que já se encontrava saturado da guerra civil, e descontentes com a política de comunismo¹⁸, ora instalada após independência. No que refere à atitude da FRELIMO em resgatar a autoridade tradicional, pode-se problematizar a ação política a partir das reflexões apresentadas por Patrick Champagne (1998, p. 25-33) na obra *Formar a opinião: o novo jogo político*, em que analisou o desmoronamento da crença de regimes autoritários e democráticos, a partir da investigação das crises políticas, ou melhor, da crise de crença do regime soviético no Leste Europeu, e o desmoronamento moral que afetou a vida rural na França. De acordo com a análise do autor:

Nos dois casos [analisados], tratou-se do *desmoronamento de uma crença*, que seja a do pequeno agricultor em relação a excelência da vida tradicional ou a crença – mantida artificialmente durante muito tempo – relativa à excelência dos regimes comunistas ou, pelo menos, em sua capacidade para se manter, inclusive pela força. [...] o desmoronamento da crença não é, evidente, autoproduzido e sem causas objetivas, mas necessita de uma explicação e remete a transformações estruturais mais gerais que não são apenas observáveis na política (CHAMPAGNE, 1998, p. 26).

Esse exemplo apresentado por Champagne pode-se comparar com o caso de Moçambique no contexto pós independência, em que foi implantado um regime de modelo socialista pela política monopartidária da FRELIMO. Este regime colocou em ação medidas de reforma por meio da aliança de Moçambique com a União Soviética, sem a prévia consulta das comunidades, e sem levar em conta a estrutura organizacional existente. Isso acarretou um imenso

¹⁷ Experiência pessoal da autora. Um funcionário de cada Ministério do Aparelho de Estado moçambicano foi presenteado como “melhor funcionário” pelo ex Presidente da República, Armando Guebuza (2013). E esta prática tem sido anual para aqueles que são distinguidos.

¹⁸ É importante ressaltar que durante a guerra de independência a União Soviética apoiou a FRELIMO, enviando armas bélicas e apoio financeiro contra o colonialismo português. Essa aliança se estendeu após a independência em 1975, sendo implantado um regime de inspiração soviética.

descontentamento e desacordo com a autoridade tradicional e as comunidades em geral, diante das alterações forçadas pelos agentes da FRELIMO. O socialismo implantado em Moçambique consistia no agrupamento de camponeses em aldeias comunais e práticas de agricultura coletivas, as “machambas estatais”. Esta política destruiu a estrutura da autoridade tradicional da sociedade, existente em muitas partes do continente africano, e predominantes em Moçambique, que ficou totalmente conflituosa com o partido no poder, a FRELIMO (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 220). Acrescido a isto, as comunidades eram proibidas de dispor das suas crenças e de praticar suas diferentes expressões de religiosidade, resultando em grande parte da população descontente com política implantada pela FRELIMO, e que imigrou para a vizinha África do Sul, como forma de resistir as suas imposições.

Aí se encontra a crise na crença no modelo político mencionado por Champagne (1998), o descontentamento da população com as medidas do partido político no poder, que monopolizava em Moçambique as estruturas administrativas burocráticas do Estado. Na falta de melhor solução, as comunidades mostravam-se apáticas e descontentes perante a FRELIMO. Isso estava patente na ausência do povo nos comícios populares, protagonizados pelo poder. Em oposição a esta situação política, a RENAMO, criada em 1976, iniciou uma guerra civil (1976-1992) contra o autoritarismo e o monopartidarismo da FRELIMO, envolvendo o apoio dos líderes tradicionais, que foram rechaçados pelo partido no poder. Durante o conflito armado, a RENAMO mostrou reconhecimento destas autoridades tradicionais, e integrou-as politicamente na governação das populações rurais, nos lugares pelos quais detinha o controle das forças armadas, em relação a FRELIMO.

Mesmo nas localidades em que a RENAMO não controlava, estas autoridades tradicionais eram tendencialmente mais receptivas à sua narrativa ideológica, do que ao discurso da FRELIMO. Isto se observa pelo apoio obtido pela RENAMO, que converteu-o em votos na campanha eleitoral de 1994, ocorrida após o cessar-fogo. Em resposta a esse repúdio e as estratégias simbólicas adotadas pela oposição política, a FRELIMO redefiniu as relações de poder no seio do sistema político moçambicano, que se cristalizou, particularmente, na implementação do processo de descentralização e como consequência a transferência de poderes e gestão pelos governantes locais, buscando resgatar a presença dos líderes tradicionais no seu governo.

Entretanto, todo este conjunto de estratégias políticas tem a ver com a crença de imagem que estes políticos têm do mundo social, a interação do social com o político, de forma que a FRELIMO, assim como a RENAMO, buscaram tirar proveito do capital simbólico possuído pelos líderes tradicionais perante o povo. Na verdade, a disputa deste jogo político, a representação da imagem implica em conhecer o lugar social pelo qual os políticos agem na

sociedade e não só, a influência no poder exercido pelos que o rodeiam, ao nível macro e micro (BOURDIEU, 1989). Pierre Bourdieu (1981, p. 01), no texto “Descrever e prescrever: nota sobre as condições e possibilidade e os limites da eficácia política”, demonstra como os políticos, por intermédio de estratégias tais como a construção de imagens idealizadas e estereotipadas, buscam desvalorizar o adversário político, de forma a criar representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) negativas sobre estes. Portanto, a FRELIMO criava deste modo, a exclusão da RENAMO em todas as províncias moçambicanas.

Conforme as ideias desenvolvidas por Mae (1996 apud LOURENÇO, 2007), após a independência em 1975, as autoridades tradicionais foram negligenciadas pela FRELIMO com mensagens estereotipadas, tais como obscurantistas (feiticeiros), analfabetos, delinquentes, inimigos do povo, quando foram dispensadas das suas funções sociopolíticas no período pós independência. A FRELIMO, logo passada à independência, via-os como concorrentes na partilha do poder, já que a mesma tinha e tem fortes laços com as comunidades, dado o exercício do poder carismático que lhes é conferido (WEBER, 1982), com muita autonomia e ligada aos deuses e ao feiticismo, desde os tempos remotos de sua existência.

Entretanto, dentro das comunidades existiam pessoas que mantinham relações clientelistas em apoio a FRELIMO, que eram intermediários de confiança, ligados a redes diádicas não-corporadas, exercendo práticas sociais de favoritismo recíproco entre representantes do poder. Portanto, estas relações pessoais organizadas na atividade política são explicadas claramente por Landé (1977), no seu texto “A Base diádica do clientelismo”. Segundo o autor: “Os grupos diádicos não-corporados, tais como os sistemas padrão-cliente ou clientelas, são combinações de nível médio que consistem em conjuntos de relações diádicas ligadas para alcançar objetivos delimitados em limitados períodos de tempo” (LANDÉ, 1977, p. 01).

Sobre as relações diádicas que Landé se refere, os agentes podem se envolver em acordos, em relações de ajuda mútua para continuar no poder, manter o bem-estar do partido político e até mesmo para beneficiar seus interesses pessoais (LANDÉ, 1977, p. 5). Na falta de impedimentos legais a aliança diádica pode deixar de existir, logo, a confiabilidade dos aliados é abalada, podendo levar ao rompimento. Estas alianças duram, enquanto os indivíduos estiverem no poder (LANDÉ, 1977, p.6). Isso suscita o que Gouldner¹⁹ chama de troca de reciprocidade. As alianças diádicas podem ser seletivas, intermitentes e voluntárias, não oferecendo uma base suficiente para a organização de uma sociedade. Não oferecem as garantias de apoio, mas elas podem ser garantidas por uma estrutura de relações institucionalizadas e contínuas.

¹⁹ Landé (1977) recorre a Gouldner, às normas de reciprocidade e de lealdade pessoal, que são vulneráveis. Entretanto, essas normas podem a qualquer momento desfazerem-se.

Tomando como exemplo moçambicano, na relação diádica entre a FRELIMO e os líderes comunitários que outrora apoiaram a RENAMO durante a guerra civil, aquando da vitória da FRELIMO nas eleições em 1994, passaram à militância da FRELIMO, e como recompensa foram lhes construídas casas de habitação. Ademais, a partir do ano de 2006, a maior parte desses líderes conseguem obter o Fundo de apoio distrital, designado por sete milhões de meticais²⁰, que tem como objetivo melhorar socialmente a vida das populações. Conforme Landé disse, as relações diáticas duram enquanto os indivíduos estiverem no poder e se mantenham influentes, proporcionando trocas vantajosas.

O poder político - partidário da FRELIMO usou todas as táticas possíveis de jogo político para resgatar as autoridades tradicionais, que já se encontravam sob controle e parceria da RENAMO, trazendo consigo o discurso de reconhecimento do poder tradicional em Moçambique. Esta estratégia teve como pano de fundo conquistar a simpatia do povo que já se encontrava saturado da guerra civil, e desmoronado com o governo da FRELIMO. Com vantagem de ter libertado o país do colonialismo português, a euforia do povo não abriu espaço nem para a RENAMO, que era um partido recente (1994), nem para outros emergentes que não conseguiram ganhar a disputa eleitoral, mediante todo aparato disponibilizado às autoridades tradicionais, que ao longo do artigo nos referimos. Champagne contribuiu positivamente na compreensão desta problemática, e em comunhão com os demais autores debatidos ao longo deste artigo, possibilitou compreender todos esses mecanismos enveredados pelos políticos, na reconstrução de estratégias em jogos políticos na batalha de busca do capital social, e político para se fixarem e manterem se no poder em tempos recordes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**. 2ª Impressão. Maputo: PAGRIGU – ISRI, 1994.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar - textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BORDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/FIFEL, 1989, p. 163-207.

BOURDIEU, Pierre, **Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política**. Tradução para fins didáticos de Drecrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 69-73, Maio, 1981.

²⁰ Equivalente a 300 mil dólares americanos, destinados a pessoas financeiramente carentes, disponibilizados a partir de um projeto de rendimento. Política pública aprovada pelo Decreto nº90/2009, de 31 de Dezembro, que acabou sendo politizada. Equivalente à bolsa família no Brasil.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.

COSSA, Lurdes José. “A Autoridade tradicional em Moçambique século XX: Estudo de Caso: Distrito de Marracuene”, p. 589-598. In: SANTOS, Amanda; VARGAS, Jonas; LEAL, Elisabete. *Fronteiras e Identidades: reunião de artigos do III EIFI (Pelotas)*. Disponível online: <http://fronteiraseidentid.wixsite.com/iiieifi>. Acesso em 01/02/2023.

COVANE, Luís António. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001.

DAUCE, Vicente Domingos. *A Governação em Moçambique: Fases e Processos. Dissertação (Mestrado em Governação, Competitividade em Políticas Públicas)* Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2013.

FEXEUS, Henrik. *Jogos de poder. Métodos simpáticos para influenciar as pessoas*. Petrópolis: Vozes Nobilis, 2016.

FORTES, Meyer; PRITCHARD, Edward Evans. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1940.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GRAÇA, Pedro Borges. *A construção da nação em África (Ambivalência cultural de Moçambique)*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2005.

GUIJANO, Anibal et al. *Colonidade de poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HEDGES, David (Coord.). *História de Moçambique. Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. v. 2, Maputo: Livraria Universitária Eduardo Mondlane, 1999.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. Tradução para fins didáticos de Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. e tal. (org.). *Friends, followers and faction; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a, p.xiii-xxxvii.

LIESEGANG, Gerhard. *Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado*. Maputo: ARPAC – Arquivo do Patrimônio Cultural, 1996.

LIESEGANG, Gerhard. *Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique*. In: SERRA, Carlos et al. *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Moçambique: Livraria Universitária, 1998.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? In. *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, 5/6, p.195-207, 2007.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbito Africa contemporánea. Yel legado del colonialismo tardío*. In: *El mundo del Siglo XXI*. Siglo Ventiuno editores, s.a. de C.V., 1998.

PRITCHARD, Evan *Evans* Edward; *FORTES, Meyer*. **Sistemas Políticos Africanos**. Londres, 1940.

THOMAZ, Fernanda de Nascimento. **Os “filhos da Terra”: discursos e resistências nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

WEBER, Max. **A política como vocação**. GERTH, H. H., Wright (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982, p. 97-153.

Documentos:

BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **I série N° 52 de 31 de Dezembro de 2009. Cadernos coloniais (1939) Documentário trimestral” (1935-1961)**. <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Boletim Geral da **Agência Geral das Colônias** (1925-1969). Disponível no portal Memórias de África e do Oriente. <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Recebido em: 13/04/2022

Aprovado em: 12/12/2022